

Sarney inicia hoje os encontros com o MDB

O relator da Comissão Mista encarregada de dar parecer ao projeto de reforma constitucional do Governo, senador José Sarney (Arena -MA), vai manter contatos com representantes de entidades como a OAB e outras que ofereceram sugestões para as reformas, a fim de acolher o maior número de emendas e oferecer um relatório substancial à proposição. Líderes do MDB serão, igualmente, consultados pelo parlamentar, a partir de hoje.

Sarney informou que as emendas oferecidas pelos deputados e senadores somam a mais de cem páginas datilografadas que estão exigindo estudos. É tal a amplitude das modificações propostas, especialmente pelo MDB, que se tem a impressão de que uma nova Constituição poderá ser formada com as emendas, observou o senador.

Acha, no entanto, que noventa por cento das emendas são imperinentes pois, totalmente estranhas à reforma constitucional em exame. Disse, que são proposições que procuram atender ao eleitorado dos candidatos ao pleito de 15 de novembro.

HOJE OS ENTENDIMENTOS

José Sarney pretende, ainda hoje, manter alguns entendimentos com as principais lideranças oposicionistas, a começar pelos líderes Paulo Brossard e Tancredo Neves, além do próprio presidente do partido, Deputado Ulysses Guimarães.

"Com essa iniciativa do governo, o país assiste ao passo mais importante que se dá, nos últimos dez anos, no sentido de institucionalizar o estado de direito, através da revogação de todos os atos de exceção. Esta era uma das principais reivindicações da Oposição", disse o senador maranhense.

Além dos líderes oposicionistas, o senador maranhense pretende conversar com alguns setores que formularam críticas ao projeto, como a Ordem dos Advogados do Brasil e o Instituto dos Advogados do Brasil, advertindo, desde já, que

não pretende estender esses contatos, uma vez que o Senador Petrônio Portella já realizou missão mais importante no relacionamento com a sociedade civil.

Repetindo sua disposição de aceitar contribuições que realmente aperfeiçoem o projeto, o Sr. José Sarney reafirmou que "intocáveis são as salvaguardas do Estado". Ponderou, contudo, que o próprio capítulo de defesa do Estado (medidas de emergência e estado de emergência) poderá ser melhor explicitado dependendo das contribuições que os parlamentares possam oferecer.

"Mas, a esse respeito, podemos melhorar o capítulo das salvaguardas sem deformá-lo, pois é indiscutível que o Estado moderno não pode prescindir de instrumentos que o defendam de seus inimigos".

Para alguns parlamentares que com ele estiveram nas últimas horas, o Sr. José Sarney admitiu que está examinando as emendas apresentadas ao dispositivo do projeto que dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos, mas não garantiu se as exigências poderão ser ou não minimizadas.

PRIORIDADE SEM BASE

Para o Senador Eurico Rezende, líder do Governo no Senado, a exigência dos líderes oposicionistas de que seja dada prioridade à emenda Montoro, em detrimento do projeto de reformas políticas do governo, não procede por falta de amparo regimental.

Segundo observou, não há essa figura no regimento Comum (do Congresso Nacional) como também ocorre em processo de lei ordinária. Assim, a tramitação das duas emendas vai depender "da desenvoltura das Comissões Mistas".

Eurico completou esta observação, esclarecendo que aquela que primeiro completar os seus trabalhos terá prioridade para a votação em plenário. "A liderança - salientou - não tem uma orien-

tação para obstacular o andamento da emenda Montoro".

Em sua opinião, "o Senador Franco Montoro quer é ficar nos jornais. Isso - continuou - para ele é bom. Fica como o apóstolo do aperfeiçoamento democrático da Nação".

SEGURANÇA AMPLIADA

Admitindo que "alguns dispositivos do projeto de reformas políticas atendem ao anseio geral de se compatibilizar a defesa do Estado com o respeito às garantias indeclináveis da pessoa humana", o senador Nelson Carneiro (MDB-RJ), ontem no Senado, estranhou a recente ampliação, através de decreto presidencial, do conceito de segurança nacional, "de modo a recrutar para o rigor daquelas condenadas disposições atividades bancárias, comerciais e industriais".

O representante fluminense observou que "as últimas reivindicações dos trabalhadores, feitas ordeiramente, foram ditadas pela impossibilidade de subsistir com os salários que recebem". E acrescentou que "não há força humana capaz de impedir o protesto, até mesmo a revolta dos que, trabalhando, não ganham para viver".

Ao comentar as anunciadas modificações na Lei de Segurança Nacional, Nelson Carneiro sustentou que "não é trazendo para a área de segurança os que clamam por justiça que o Estado conseguirá a tranquilidade de que necessita". E anunciou o propósito de oferecer emendas ao projeto de revisão da LSN, tão logo ele chegue ao Congresso, objetivando, com isso, "colaborar para compatibilizar aquele estatuto com os foros de civilização do povo brasileiro". No que se refere à nova lei anti-greve, o parlamentar assinalou que se o Congresso houvesse transformado em lei projeto de sua autoria, assegurando remuneração condigna aos médicos-residentes, eles não teriam entrado em greve.